

Acervo de Mortos e Desaparecidos

Dossiê: ...

Procedimento administrativo CEMDP: 164/96

Nome: HIGINO JOÃO PIO

Data de Nascimento: 11/01/1922

Status: Morto

Biografia: Normal 0 21 false false false PT-BR X-NONE X-NONE

/* Style Definitions */ table.MsoNormalTable {mso-style-name:"Tabela normal"; mso-tstyle-rowband-size:0; mso-tstyle-colband-size:0; mso-style-noshow:yes; mso-style-priority:99; mso-style-parent:""; mso-padding-alt:0cm 5.4pt 0cm 5.4pt; mso-para-margin-top:0cm; mso-para-margin-right:0cm; mso-para-margin-bottom:10.0pt; mso-para-margin-left:0cm; line-height:115%; mso-pagination:widow-orphan; font-size:11.0pt; font-family:"Calibri","sans-serif"; mso-ascii-font-family:Calibri; mso-ascii-theme-font:minor-latin; mso-hansi-font-family:Calibri; mso-hansi-theme-font:minor-latin; mso-fareast-language:EN-US;}

Higino João Pio foi o primeiro prefeito de Balneário Camboriú (SC), eleito pelo PSD em 1965, assim que o novo município foi desmembrado de Camboriú. Em função de disputas políticas locais e, sendo amigo pessoal de João Goulart, foi acusado de irregularidades administrativas após o Golpe de 1964, sendo inocentado na Câmara Municipal. Em fevereiro de 1969, precisamente na quarta-feira de cinzas, Higino João Pio e outros funcionários da Prefeitura foram presos por agentes da Polícia Federal e conduzidos para a Escola de Aprendizes de Marinheiros de Florianópolis. Após prestarem depoimento, todos foram soltos, exceto Higino, que permaneceu incomunicável. No dia 3 de março, a família foi notificada de sua morte, por suicídio. Em seu voto na CEMDP, o relator afirmou que, 'os adversários políticos apelaram para a legislação excepcional baixada pelo AI-5, submetendo- o à Comissão Geral de Investigações'. Concluiu pelo deferimento em função da morte na prisão por causas não naturais. Sendo um caso pouco conhecido até então, houve pedido de vistas ao processo, buscando-se confirmar a real motivação política da prisão e esclarecer as circunstâncias da morte. A CEMDP localizou no Superior Tribunal Militar o IPM instaurado por

ocasião de sua morte. Parecendo evidente, pelo exame das fotos ali contidas, que a cena de suicídio fora forjada, buscaram-se novas informações acerca da prisão. Exame documental revelou que os adversários políticos do prefeito encaminharam cópias da investigação realizada pela Câmara Municipal à Polícia Federal de Curitiba e à Procuradoria Geral. Cerca de um ano depois, o SNI requisitou à Câmara os originais do processo. Insatisfeitos com a morosidade das providências, os denunciantes pediram, por meio de ofício, aplicação do AI-5, com enquadramento no art. 4º, solicitando a cassação do mandato e envio dos autos à Comissão Geral de Investigações para averiguação de enriquecimento ilícito. Foram colhidos depoimentos para comprovar a natureza política da prisão de Higino, todos ressaltando a liderança e o grande prestígio que tinha na cidade. A família fora ameaçada, à época, e optara pelo silêncio. A CGI tentou trancar o andamento do inventário, mas a tentativa foi infrutífera, pois Higino, segundo todos os depoimentos, era cidadão honesto, um político sem mácula, cujo patrimônio diminuía durante a gestão. O laudo necroscópico, assinado por José Caldeira Ferreira Bastos e Leo Meyer Coutinho, indicava morte por asfixia e enforcamento, registrando não haver equimoses ou escoriações em todo corpo. O laudo de perícia de local mostra que o corpo fora encontrado, trancado à chave, dentro do banheiro, em posição de suspensão incompleta, com o rosto encostado à parede, tendo ao pescoço uma toalha. O exame das fotos, no entanto, mostra que a referida posição de suspensão incompleta é invisível do ângulo tomado. Pelo contrário, o prefeito Higino, um homem de grande porte, tem os pés completamente apoiados ao chão. Considerou a autora do pedido de vistas que estava clara a montagem de cena para sustentar a versão de suicídio, mais clara e mais evidente, já à primeira vista, do que a própria motivação política do assassinato, para a qual fora necessário buscar provas. Apesar do medo, o enterro do prefeito foi o mais concorrido do cemitério de Itajaí e seu nome, desde 1976, batizou uma importante praça daquele concorrido balneário catarinense.

Local de morte/desaparecimento: Florianópolis (SC)

Organização política ou atividade: Prefeito eleito PSD

Data do Recolhimento da documentação física para o Arquivo Nacional:

06/08/2009

Filiação Mãe: Tarcília Maria Simas

Filiação Pai: João Francisco Pio

Idade: 47

Data do desaparecimento ou última vez que foi visto:

03/03/1969
